



NAS RUAS OU NAS URNAS?

Maria Orlanda Pinassi*

Tornar um Estado “livre” não é de modo algum objetivo de trabalhadores já libertos da estreita consciência do súdito.
Marx. Crítica do Programa de Gotha.

Neste exato momento, a cena política brasileira apresenta duas realidades aparentemente distintas. Uma delas vem sendo desenhada nas ruas, canteiros de obras, em pátios de fábricas, garagens de ônibus, por uma massa crescente de trabalhadoras e de trabalhadores, empregados, desempregados, todos muito insatisfeitos com os impactos particularmente duros e negativos que o capital em crise estrutural vem lhes impondo há, pelo menos, duas décadas no Brasil. Refiro-me às lutas populares e contingentes, sem organização protagônica, institucionalizadas algumas, não institucionalizadas a maioria, lutas que, por absoluta necessidade histórica – dada a agonia das formas tradicionais de organização da classe –, se abrem para outros modos de enfrentamento social.

Neste quadro, importa compreender o papel desempenhado pela atual explosão de greves deflagradas – em alguns casos à revelia dos seus sindicatos pelegos – por trabalhadores dos setores públicos e privados, muitos dos quais terceirizados, precarizados. Ressalto aqui o belo movimento articulado pelos garis e professores da rede pública do Rio de Janeiro, pelos metroviários de São Paulo (neste caso, organizados por um sindicato combativo), por motoristas e cobradores em várias cidades brasileiras, pelos milhares de trabalhadores que frequentemente paralisam obras da magnitude das hidrelétricas de Belo Monte (PA) e de Jirau (RO), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ, dos estádios construídos para o Mundial de 2014. Relevante ainda o papel do Movimento Passe Livre – que, contrário às hierarquias organizativas, se autointitula “apartidário, horizontal e autônomo” – em luta pelo “transporte gratuito de verdade” e pela mobilidade urbana. Ressalto também os movimentos de luta por moradia e ocupação contra as violentas remoções e os enormes gastos públicos para atender aos interesses das empresas envolvidas com a COPA da FIFA e com a especulação imobiliária, dentre os quais ganham relevo no último período o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) e a Articulação Nacional dos Comitês Populares da COPA (ANCOP). E,

* Professora de sociologia FCL/UNESP Araraquara.

certamente, dos movimentos de denúncia da violência policial sobre as populações pobres das periferias, com destaque para as Mães de Maio e o Tribunal Popular – o Estado no Banco dos Réus.

Localizados algumas vezes fora das vistas e do *controle democrático* do Estado, esses movimentos, mais ou menos conscientemente, podem sim desencadear, através da ação mobilizadora das ruas, um efetivo processo de *politização* das massas, o que há tempos as formas tradicionais, ao adotarem a *linha de menor resistência*, abandonaram. A princípio, atuam sem as mediações oferecidas e controladas pelo capital, e costumam remeter-se diretamente aos motes causais (econômicos) de seus infortúnios: salários, condições de trabalho, dos serviços de transporte, saúde, educação, moradia são alguns dos seus alvos. E por mais fragmentados, pontuais e distanciados de um projeto societal alternativo, podem – por que não? - constituir um salto importante em relação às ações contidas no universo das regras institucionais, não porque prescindam delas absolutamente, mas porque as precedem.

Em geral, não surgem como movimentos anticapitalistas, mas seu maior trunfo é que, dessa maneira pouco ortodoxa, vão desnudando os limites cada vez mais definidos do capital que, na atual quadra histórica, não podem, nem querem atender às reivindicações mais elementares da classe, como seria de se esperar em épocas mais favoráveis. Por isso mesmo esses movimentos têm sido alvo de repressão policial ostensiva, de criminalização e seus manifestantes submetidos a condenações sumárias. Somente desse modo o Estado se dispõe a controlá-los.

A segunda cena tem caráter político-parlamentar e vem sendo montada pelos partidos em disputa aos cargos majoritários do país. Vejamos dados recentes sobre isso. Uma das últimas pesquisas IBOPE (22/07/2014) sobre as eleições presidenciais apresenta os seguintes números: Dilma Rousseff (PT) com 38%, Aécio Neves (PSDB) 22%, Eduardo Campos (PSB) 8%, Luciana Genro (PSOL), Zé Maria (PSTU) e Eduardo Jorge (PV) com 1% cada, demais partidos juntos com 1%, brancos e nulos 16%, indecisos 9%.

Vejamos ainda os limites dos gastos declarados pelos candidatos à presidência da República do país: Dilma R\$ 298 milhões, Aécio R\$ 290 milhões, Eduardo Campos R\$ 150 milhões, Eduardo Jorge (PV) R\$ 90 milhões, Pastor Everaldo (PSC) R\$ 50 milhões, Eymael (PSDC) R\$ 25 milhões, Levy Fidélis (PRTB) R\$ 12 milhões, Luciana Genro (PSOL) R\$ 900 mil, Zé Maria R\$ 400 mil, Ruy Pimenta (PCO) R\$ 300 mil e Mauro Iasi (PCB) R\$ 100 mil.¹

Concretamente, o que esses números podem significar para as classes populares, justamente aquelas que protagonizam a cena anterior? Que temos um sistema democrático, pluripartidário, com candidatos dos mais variados matizes ideológicos? Que o domínio das ruas se encaminha e se realiza necessariamente no espaço das urnas?

Pois bem, a presença de partidos de esquerda no pleito, para além do fato de ocuparem de modo legítimo um espaço político consentido e de oferecerem uma alternativa ainda que limitadíssima para as nossas consciências críticas, isso não altera uma vírgula da realidade de que, em termos efetivos, seguimos reproduzindo, no âmbito

¹ <http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2014/07/gasto-com-campanha-eleitoral-custara-quase-r-1-bilhao.html>

federal, a mesma dobradinha protagonizada, também e não coincidentemente, em São Paulo, pelo PT e pelo PSDB das duas últimas décadas. Arrisco até a dizer que pouco importa se os partidos de esquerda não consigam compor uma frente. Na esfera parlamentar, estejam eles pulverizados ou unidos, o seu poder de confronto tem sido quase sempre inexpressivo em termos numéricos (todos juntos não chegam a 3% das intenções de voto). Ao mesmo tempo, o empenho de esforços na disputa eleitoral pode mostrar-se uma vitória de Pirro, um “avanço” muito questionável se a perspectiva for transcender a ordem. Não me parece, portanto, que seja aí o seu campo de atuação prioritário. Ou seja,

“O projeto de instituir o socialismo pelos meios parlamentares estava condenado desde o início, pois eles sonharam a realização do *impossível* e prometeram transformar de forma gradual em algo radicalmente diferente – a ordem socialista – um sistema de controle da reprodução social sobre o qual eles *não tinham, e nem poderiam ter, qualquer controle significativo* dentro do Parlamento e por meio dele.”²

Para encerrar essa questão, quase sempre polêmica, gostaria de ressaltar que não estou defendendo que abdicemos do espaço da disputa parlamentar que, embora mínimo e rigidamente controlado pela ordem, precisa ser ocupado por ideias capazes de desmistificar as arengas da política de mão única. Mas, essas ideias devem traduzir a desafiadora necessidade *anticapitalista* de ir para além das urnas. Não mais do que isso.

Temos, assim, uma pluralidade quimérica onde as “duas opções em contenda” funcionam como uma paródia do que há muito se reproduz em termos parlamentares nos EUA: “um sistema unipartidário com duas alas de direita”. Neste caso, os números apontam para duas *amplas* possibilidades de escolha. Ou decidiremos o pleito ainda no primeiro turno. Ou, no caso de um segundo turno, se iremos aceder à velha ladainha de optar pelo “menos pior” e reincidir no pragmático voto (in)útil.

Podemos optar ainda com qual das siglas seguiremos a marcha do padrão atual de acumulação e desenvolvimento que prevê a intensificação da produção de commodities e os fortes incentivos dados ao já gigantesco avanço do agro-hidronegócio, da extração mineral, das megaconstruções para a realização de megaeventos, tipo COPA da FIFA, Olimpíadas, megashows de artistas nacionais, internacionais etc.

E, ainda pela via parlamentar, somos *livres* para escolher quem seguirá com as desregulações dos códigos ambientais, das leis de proteção trabalhista, com os golpes desferidos sobre os direitos de classe. Quem seguirá com as exitosas políticas compensatórias que deprimem o sujeito da classe remetendo-o à condição de indivíduo pobre e tutelado com bolsas pelo Estado provedor.³

E, muito a propósito, não podemos esquecer que o pleito nos possibilitará escolher com qual dos presidentes eleito manteremos a “sagrada aliança” com o Estado de Israel e

² István Mészáros. “A necessidade de se contrapor à força extraparlamentar do capital”. In *A atualidade histórica da ofensiva socialista*. SP: Boitempo, 2010, p. 143

³ Interessante que quanto mais miserável a classe trabalhadora no Brasil, mais medidas compensatórias, mais políticas afirmativas e mais direitos são concedidos aos indivíduos negros, mulheres, índios... O Estado os trata como se não tivessem um lugar definido na estrutura social do sistema sócio-metabólico do capital.

nos acumplicarmos com os genocídios programados pelo sionismo. Pois, se somos anões na esfera diplomática não o somos nas relações comerciais. Pelo menos é o que concluímos do relatório publicado pela *Campanha contra o muro do apartheid das Organizações Palestinas de Base* de março de 2011:

“Com base nos dados de exportação de armas israelenses de 2005-2010, o SIPRI concluiu que o Brasil é o quinto maior importador de armas israelenses. Vários programas de grande porte assinados entre Israel e Brasil já valem cerca de 1 bilhão de dólares”.⁴

Parece então que qualquer das escolhas previstas vai, sim, nos oferecer as pedras que irão pavimentar o caminho do inferno, ou seja, vai consolidar um padrão de desenvolvimento requisitado pelo capital que certamente irá potencializar a escalada da superexploração do trabalho, da destruição ambiental, do extermínio da população sobrando, da judicialização das questões sociais.

O fato se explica pelo *caráter extraparlamentar do capital* que decide no âmbito privado, e em causa própria, quem terá mais competência – e isso implica capacidade de gestão e de persuasão – para gerenciar a máquina do Estado. Mesmo porque as instituições políticas visam garantir a continuidade do poder econômico do capital sobre o trabalho, jamais superá-lo. Ou ainda como diria Mészáros,

“Dessa forma, o capital afirma-se diante da sociedade não apenas como poder *de facto*, mas também como poder *de jure*, já que ele se apresenta como condição necessária e objetiva da reprodução societária e, portanto, como o fundamento constitucional de sua própria ordem política. A legitimidade constitucional do capital é historicamente baseada na expropriação direta dos produtores das condições de reprodução sócio-metabólica – os instrumentos e materiais de trabalho –, portanto, a alegada ‘constitucionalidade’ do capital (como a origem de todas as constituições) é inconstitucional; mas essa verdade intragável perde-se nas brumas do passado remoto.”⁵

Diríamos, assim, que as duas cenas políticas apontadas – a popular, ativa e fragmentada e a parlamentar, passiva e controlada pelo capital – são mais do que distintas, elas são contraditórias. A primeira porque escancara, de modo não convencional, caótico, sem unidade, sem hierarquizações e até sem consciência de classe, os golpes duros que o capital desferiu sobre o trabalho; a segunda porque, institucionalmente, a mascara. O risco, sempre presente, é a segunda contaminar e esterilizar a primeira, como, aliás, vem acontecendo recorrentemente desde que a Segunda Internacional direcionou o socialismo para o caminho da servidão, seja pela apologética seja pela reforma seja pela acomodação parlamentar.

No Brasil, país de constituição antidemocrática, o fato é relativamente recente sendo inaugurado pelo processo de consolidação do PT nos anos de 1980. Nascido da base operária e da luta popular, num período de “abertura política”, ainda nesta década,

⁴ http://www.pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=7655:as-relacoes-militares-entre-brasil-e-israel&catid=43:imperialismo

⁵ István Mészáros. “A necessidade de se contrapor à força extraparlamentar do capital”. In *A atualidade histórica da ofensiva socialista*. SP: Boitempo, 2010, p. 187.

despregou-se das reais necessidades das classes que estiveram em suas origens para *politicizar* seu argumento com alma social democrata. E para entender o conceito, recorro a um escrito particularmente inspirado:

“A autonomização do político e sua conseqüente hiper-acentuação é, de fato, seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua impotência e eficácia. De todo modo, a *politicização* da totalidade pelo discurso é pelo menos um grosseiro gesto simplificador que, no mínimo, desconhece, desrespeita e/ou elimina a qualidade própria das *demais componentes* que integram a totalidade”.⁶

É assim que, desde então, o PT vem convencendo parte importante da antiga esquerda, do antigo sindicalismo de base e de expressivos movimentos sociais de massas outrora combativos de que não há alternativas para a classe que não sejam o pacto, a negociação com a ordem, o pragmatismo sindical, a via eleitoral e a via institucional. Com isso, “seu” êxito maior⁷, uma vez no Planalto, foi mostrar toda sua eficiência em dar enorme contribuição à efetividade das contrarreformas neoliberais sobre a classe trabalhadora, enfraquecê-la objetiva e subjetivamente e tirá-la das ruas. Não inocentemente, carregou-a para o plano da política autorreferente, da política como *causa sui*.

Pois bem, depois de mais de duas décadas servindo à ordem através de uma suposta “política de consenso”, o PT consolidou-se como um fenômeno nacional – e internacional - muito bem sucedido até que, durante as jornadas de junho de 2013, a popularidade do governo Dilma despencou e o modelo começava a dar mostras de cansaço. No entanto, a rejeição manifesta não teria natureza imediatamente política. Para a burguesia transnacional, de um lado, a fórmula petista, com suas saídas “nekeynesianas neodesenvolvimentistas”, de forte aliada do capital no interior das particularidades brasileiras, parece que se converte em óbice para as novas e mais agressivas expectativas de expansão e acumulação no país. Nessa medida, tendo a pensar que a coligação que se formou em torno de Aécio Neves, do PSDB, atenda de modo mais conveniente à intensificação da produção destrutiva requisitada pelo capital no Brasil. A não ser, obviamente, que PT e aliados flexibilizem, sem constrangimentos, suas perspectivas de desenvolvimento.

De outro lado, para os setores populares, o desengano vem de um profundo sofrimento material acumulado nos últimos 12 anos, tempos em que as políticas compensatórias não fizeram frente à degradação mais ampla das condições de vida das famílias trabalhadoras no Brasil, algo que envolve desemprego estrutural, precarização do trabalho, sucateamento e encarecimento dos serviços públicos oferecidos a elas.

Eis que o clamor das ruas ganhou reforços da oposição conservadora, orquestrada por PSDB e quejandos. A crítica politicista à corrupção vociferada pela “juventude dos jardins”, violenta, antipartidária, parceira da repressão, ecoou e chegou aos ouvidos do

⁶ José Chasin. “A ‘politicização’ da totalidade: oposição e discurso econômico”. In Revista *Temas de Ciências Humanas* 2. São Paulo: Grijalbo, 1977, p. 147.

⁷ Na verdade, o êxito foi da burguesia cada vez mais transnacionalizada e financeirizada que enriqueceu loucamente no período.

Planalto. Pois a sensibilidade igualmente politicista do petismo no Planalto vai ignorar as reivindicações populares mais legítimas e mais urgentes e vai responder justamente aos apelos da classe média antipetista com 5 pactos, a saber: “responsabilidade fiscal, reforma política, saúde, transporte e educação”.

Passado mais de 1 ano daqueles eventos que abalaram o país, nada foi feito na direção daquela generalidade toda. Apenas a iniciativa de um punhado de apoiadores históricos da campanha do PT chamando para um sugestivo *Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político e sobre a Campanha pela Mídia Democrática*. Segundo os organizadores, a “atividade integra a grade de programação da 14ª Plenária da CUT” e está prevista para acontecer entre os dias 1º e 7 de setembro próximos. Conta ainda com o empenho da Consulta Popular e do MST que, por sinal, em seu VI Congresso, realizado em fevereiro deste ano, reafirmou que os esforços do movimento seriam convidados fortemente para a concretização da *reforma política*.

Ora, o tal plebiscito, cuja sensibilização popular vem se mostrando inoperante até aqui – alguém sabe de algo sobre isso? -, faz tábula rasa dos reais problemas sociais do país, pior, procura desviar-se deles. Trata-se de uma manobra que reitera o velho e bom princípio liberal de que o “político” se presta a aprimoramentos, desde que devidamente separado das tomadas de decisão econômicas, estas sim preservadas de qualquer contaminação popular e controladas com mão de ferro pelo capital.

Então, diante do cenário, responda rapidamente. Qual a sua expectativa política: mais urnas ou mais manifestações nas ruas?